

RELATÓRIO DE MONITORAMENTO - PLANO DE AÇÃO 2017/22 - MOSAICO DO BAIXO RIO NEGRO

Julho de 2022

No âmbito do contrato N°. 03/2022
entre a Fundação Vitória Amazônica (FVA) e a
Empresa Planejamento e Gestão Integrando Natureza e Sociedade (PINS)
(FINAL)



MOSAICO DO
Baixo Rio Negro

Realização:



FUNDAÇÃO
VITÓRIA
AMAZÔNICA

Apoio:



FICHA TÉCNICA

Supervisão técnica:

Fabiano Silva
FVA

Contribuições:

Marco Antônio Vaz
SEMMAS Manaus
Presidente do Conselho MBRN

Consultoria, Facilitação e Documentação



Marcos Roberto Pinheiro
PINS – Planejamento e Gestão
Integrando Natureza e Sociedade

Julho de 2022

No âmbito do contrato N°. 03/2022
com a Fundação Vitória Amazônica

Produto 2

SUMÁRIO

1. Apresentação	4
2. Panorama geral da implementação dos mosaicos	6
3. Metodologia adotada	9
3.1. Etapas da análise e planejamento	9
3.2. O atual Plano de Ação do MBRN.....	11
4. Resultados	13
4.1. Resultado da Enquete de Avaliação do Plano de Ação do MBRN	13
4.1.1. Ordenamento Territorial	13
4.1.2. Desenvolvimento Socioeconômico	13
4.1.3. Conservação socioambiental	14
4.1.4. Integração do mosaico	15
4.1.5. Sustentabilidade institucional	15
4.2. Recomendações para o processo de revisão do Plano de Ação	16
5. Conclusão	17
6. Anexo: Enquete com o conselho do MBRN	18

1. APRESENTAÇÃO

Para orientar suas atividades, os mosaicos constituídos até o momento têm utilizado planos de ação desenvolvidos para um horizonte de dois-três anos, coincidentes com o mandato da presidência e da secretaria executiva ou planos de gestão e desenvolvimento territorial com perspectiva de curto, médio e longo prazos. O plano de ação é o documento norteador que define as ações necessárias para se atingir um resultado desejado. É a agenda de trabalho entre as partes e define o que será realizado em conjunto, por quem e quando.

A atuação por um prazo mais longo tem sido defendida por alguns atores, que trazem a proposta de um planejamento estratégico, onde as ações sugeridas são orientadas pela missão e pela visão de futuro do mosaico para um horizonte de tempo mais longo. O planejamento estratégico é uma ferramenta de gestão que permite a determinada entidade coordenar suas ações e recursos para o alcance de seus objetivos. No caso dos mosaicos, o plano estratégico baseia-se num olhar mais amplo sobre a paisagem, considerando todo o território do mosaico e seus diversos usos. Ele possibilita a definição dos territórios, a identificação dos objetivos e da identidade do mosaico, a indicação das linhas de ação para se alcançar os objetivos, entre outros produtos. É desenvolvido a partir de informações existentes – biológicas, físicas, sociais, econômicas e culturais, principalmente aquelas que podem ser especializadas. O planejamento estratégico deve apresentar um componente para a busca da sustentabilidade financeira do mosaico e indicar formas de monitoramento e de adaptação em função da vivência.

Por serem os mosaicos uma ferramenta básica de gestão integrada de áreas protegidas, é especialmente importante que o planejamento estratégico esteja em sintonia com os planos de manejo de cada área protegida e que forneça subsídios para a elaboração e/ou revisão destes. As ações específicas das áreas protegidas relacionadas ao mosaico devem estar explicitadas em seus planos operativos anuais, ou planos similares, para que se legitime a sua participação no mosaico. Além destes, outros instrumentos de planejamento e gestão que incidem sobre o território devem ser considerados, como os planos diretores dos municípios, os planos de gestão de bacias hidrográficas e o zoneamento ecológico-econômico dos estados.

Pensando nos mosaicos, o plano estratégico orienta suas ações nos planos de manejo de cada área protegida, que, por sua vez, alimentam o plano estratégico a partir dos dados e conhecimentos específicos de cada uma das áreas. A implementação das ações integradas deve estar prevista em cada plano operativo ou orçamentário das áreas protegidas que o compõem, entendendo que o mosaico não é um organismo independente e que está obrigatoriamente atrelado às áreas que o conformam.

Para o pleno alcance dos objetivos do mosaico é necessário, também, definir e implantar sistemas de monitoramento pautados em indicadores específicos para avaliar a efetividade da gestão em mosaico. Os indicadores podem ser definidos no planejamento estratégico e/ou no plano de ação.

O monitoramento pode ser exercido por entidades externas, fortalecendo-se o controle social. Para isso, deve estar claro e bem difundido o objetivo maior do mosaico. As oficinas e seminários realizados para troca de informações e experiências e para capacitação continuada podem funcionar como fóruns de discussão dos avanços e pendências para a implementação do mosaico.

Outro aspecto a ser focado no monitoramento é o resultado da participação de cada área protegida no fortalecimento do mosaico, e o papel do mosaico na proteção de todo o ecossistema onde ele se localiza. Por meio do monitoramento e da análise dos resultados, o mosaico pode rever sua composição, caso os objetivos não estejam sendo alcançados com o desenho proposto originalmente.

A abordagem do Plano de Desenvolvimento Territorial com Bases Conservacionistas (Plano DTBC) consiste em estabelecer uma articulação entre metas de gestão com formas de associação entre desenvolvimento e conservação, estabelecendo e fortalecendo cadeias produtivas/econômicas que têm, como base, os produtos e serviços gerados pelas atividades conservacionistas da população e das instituições locais, como manejo florestal madeireiro e não madeireiro, agricultura ecológica, pesca, criação de animais, uso público (turismo, lazer,

educação), serviços ambientais (conservação do clima e da água), pesquisa e bioprospecção, fomentadas e potencializadas de acordo com as categorias de áreas protegidas.

A metodologia de elaboração e definições das linhas dos Planos DTBC seguiram caminhos distintos como visto nos Mosaicos Grande Sertão-Peruaçu e Baixo Rio Negro, onde o primeiro buscou associar a criação do conselho do mosaico com o processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento, e o segundo, que trabalhou na lógica de construir o conselho em paralelo ao diagnóstico do território do mosaico e, posteriormente, a apresentação do produto para ser consensuado e planejado com o conselho já formado. A concordância fundamental entre as duas experiências é a de que os processos de gestão dos mosaicos sejam fundamentalmente ligados ao fortalecimento e apoio às boas práticas ancoradas na biodiversidade, na paisagem e nas tradições locais, buscando integrar os setores locais na lógica das cadeias curtas. Atualmente, o Mosaico Grande Sertão-Peruaçu fez a revisão do seu plano para 2021-2030. Já o plano DTBC do Baixo Rio Negro foi abandonado e hoje optaram por um plano de ação elaborado em 2012, que necessita de atualização.

Recentemente, a Fundação Vitória Amazônica aprovou o projeto “Rotas e Pegadas: caminhos integrados para o desenvolvimento do baixo rio Negro, que é resultado direto do plano de ação do Mosaico e tem como objetivo coordenar um amplo conjunto de ações previstas neste documento. O plano de ação do MBRN foi projetado para abarcar o período de 2017 a 2022 e, por estar em sua fase final, carece de uma análise minuciosa sobre os progressos realizados e entraves que dificultaram a execução de algumas ações previstas. Esta análise é importante para o aprimoramento constante dos processos de planejamento, para adaptação ao contexto temporal, mas também para o acompanhamento e avaliação das atividades elencadas para serem realizadas pelo conselho do MBRN e parceiros.

Neste contexto, em atenção ao Contrato No. 03/2022 da Fundação Vitória Amazônica para a “prestação de serviço de monitoramento do plano de ação do Mosaico do Baixo Rio Negro no âmbito do Projeto Rotas e Pegadas Caminhos Integrados para o Desenvolvimento do Mosaico do Baixo Rio Negro (MBRN)”, apresentamos esse documento.

2. PANORAMA GERAL DA IMPLEMENTAÇÃO DOS MOSAICOS

A Lei que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC - Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000) e o decreto que o regulamenta (Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002), reconhecem os mosaicos de áreas protegidas como instrumentos de gestão integrada e participativa. O Artigo 26 da Lei do SNUC preconiza que quando existir um conjunto de unidades de conservação de categorias diferentes ou não, próximas, justapostas ou sobrepostas, e outras áreas protegidas públicas ou privadas, constituindo um mosaico, a gestão do conjunto deverá ser feita de forma integrada e participativa, considerando-se os seus distintos objetivos de conservação, de forma a compatibilizar a presença da biodiversidade, a valorização da sociodiversidade e o desenvolvimento sustentável no contexto regional.

Assim, os mosaicos se apresentam como uma excelente ferramenta de ordenamento e planejamento de territórios nos diversos biomas onde estão distribuídos, contemplando diretamente as áreas protegidas, bem como a abrangência que vai além dos limites das Unidades de Conservação, incluindo suas zonas de amortecimento, corredores ecológicos, e também as populações e comunidades que ali vivem notadamente quando eles cumprem seus principais objetivos descritos a seguir (Pinheiro et. al, 2010):

- fortalecer a gestão integrada das áreas protegidas e o alcance de seus objetivos individuais, de acordo com sua categoria, respeitando-se sua autonomia;
- promover a conectividade funcional e física dos ecossistemas, contribuindo para a ampliação e conservação da biodiversidade e demais serviços ecossistêmicos por eles fornecidos;
- estabelecer espaços de articulação institucional e de formulação e implementação de políticas públicas;
- desenvolver, reconhecer ou fortalecer a identidade territorial;
- contribuir com o ordenamento e com o desenvolvimento territorial sustentável;
- contribuir para resolução e gestão de conflitos socioambientais, principalmente aqueles associados diretamente às próprias áreas protegidas;
- melhorar a capacidade operacional do conjunto das áreas protegidas.

Os conselhos representam o instrumento central dos Mosaicos de Áreas Protegidas. Eles constituem o principal espaço de governança, tendo a função primordial de promover a gestão integrada das unidades de conservação e demais áreas protegidas que o compõem. É no âmbito deste colegiado que se estabelece o diálogo entre representantes da sociedade civil e de órgãos públicos do qual resulta a formulação e o planejamento das intervenções no território. Além disso, trata-se de uma instância privilegiada no sentido de orientar as políticas públicas incidentes em uma escala regional, ou seja, que afetam não apenas cada área protegida em si, mas toda a área de influência do mosaico (Pinheiro et. al, 2010). Não obstante, os conselhos dos mosaicos possuem papel fundamental na mobilização e manutenção de redes de cooperação e solidariedade entre as instâncias gestoras de áreas protegidas e os diversos atores envolvidos na gestão integrada de uma região, bem como na formulação de propostas que coloquem em prática os objetivos e metas definidos para os territórios.

Atualmente, são 29 mosaicos reconhecidos no Brasil, sendo 20 na esfera federal e nove na estadual. Na distribuição dos reconhecimentos dos mosaicos federais e estaduais ao longo do tempo é possível observar três anos de grande vitalidade da gestão integrada e participativa: em 2006, devido os investimentos de projetos na Mata Atlântica; em 2010, devido o impulso do edital do FNMA 01/2005 voltado para o reconhecimento de mosaicos; e 2018, que representou os processos represados pelo MMA desde 2013 e que foram retomados em 2016 (Figura 1). O Estado de São Paulo se destaca em relação às iniciativas estaduais com cinco mosaicos reconhecidos. Somado a São Paulo, os estados do Pará, Amazonas, Minas Gerais e Espírito Santo possuem um mosaico reconhecido em âmbito estadual. Destes 29 mosaicos do Brasil, dois estão localizados no bioma Marinho, cinco estão na Amazônia, quatro estão no Cerrado, dois na Caatinga e 16 na Mata Atlântica. Ainda não há mosaicos reconhecidos nos biomas Pantanal e Pampa (Figura 2).

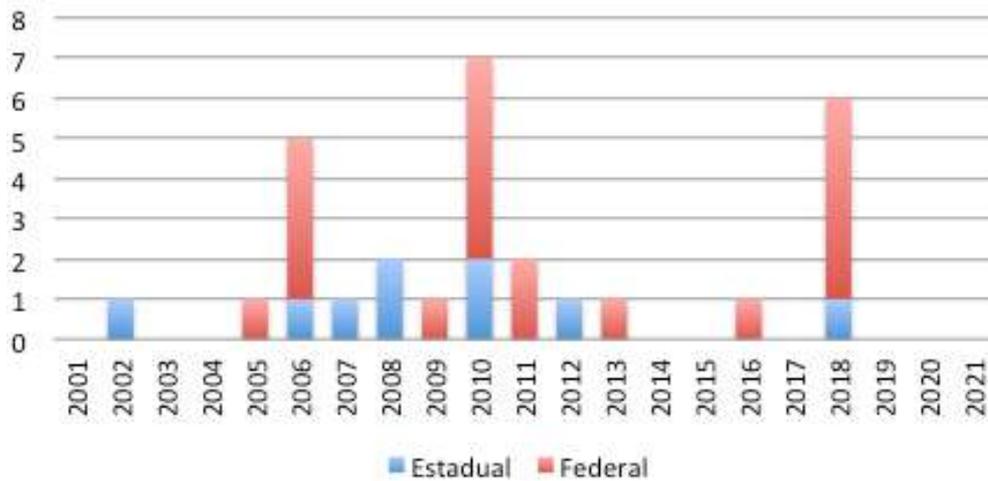


Figura 1. Número de Mosaicos de Áreas Protegidas reconhecidos pela esferas federal e estadual, ao longo do tempo (Fonte: REMAP, 2021).

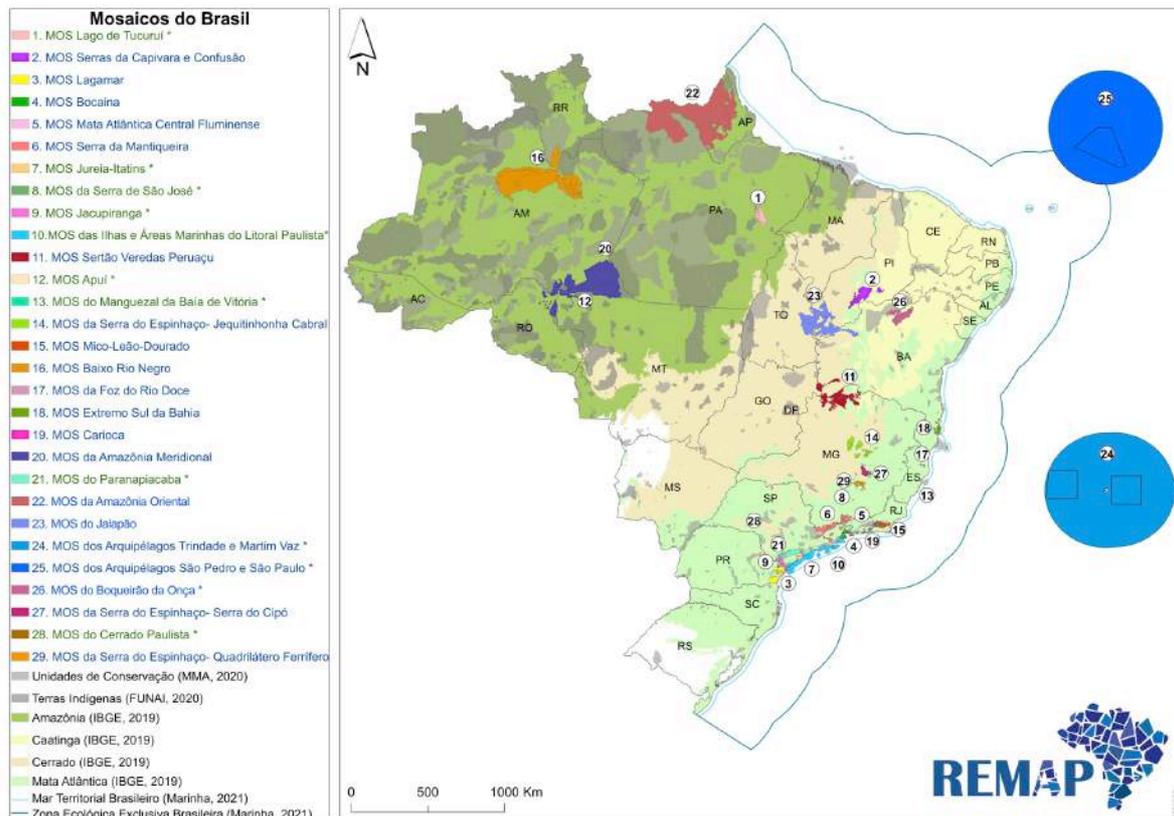


Figura 2. Localização dos Mosaicos de Áreas Protegidas reconhecidos pela esferas federal e estadual, referenciados em ordem cronológica (Fonte: REMAP, 2021).

Contudo, com o Decreto Federal No. 9.812 (revisão do Decreto No. 9.759/2019), conhecido como “revogação da participação”, extinguiu e estabeleceu novas diretrizes e limitações para colegiados de administração direta, autárquica e fundacional logo em seu Art. 1º. Ou seja, revogou colegiados instituídos por decreto, ato normativo inferior ao decreto e por ato de outro colegiado. Apesar da falta de consenso jurídico sobre a constitucionalidade do decreto ou definição da sua abrangência, a assessoria jurídica do ICMBio instruiu o órgão que os conselhos de unidades de conservação não teriam sido afetados pelo decreto, mas que os conselhos dos mosaicos sim.

O Decreto também estabeleceu que as propostas de criação, recriação, extinção ou modificação de colegiados devem passar por decreto do Presidente da República. Também determinou que será necessário comprovar a necessidade dos conselhos terem mais de sete membros, bem como a necessidade das reuniões serem presenciais, e não por videoconferência. O parágrafo primeiro postulou que a “mera necessidade de reunir sociedade civil e Estado” não justifica a necessidade de reunir conselhos. Em resumo, o Decreto institui que é necessário convencer o Presidente da República para se ter colegiados participativos, o que é inaceitável e inconstitucional em um país democrático.

Além disso, a pandemia da Covid-19 colocou desafios adicionais à governança dos mosaicos. As reuniões passaram de presenciais para virtuais, e foram acentuadas as assimetrias sociais que se materializaram na falta de acesso a internet, na qualidade dos equipamentos e na própria familiaridade com os aplicativos utilizados para reuniões virtuais. De maneira geral, as populações tradicionais e lideranças sociais foram as mais afetadas, ampliando as assimetrias sociais. Essa limitação é um tanto mais grave considerando a importância destas lideranças sociais na tomada de decisões que demandam concordância com as populações tradicionais.

Apesar dos desafios, ainda foi possível constatar que, a “chama” dos mosaicos continua acesa e a rede colaborativa impulsiona a promoção do desenvolvimento regional e o fortalecimento da mobilização social associado à conservação da natureza, como o caso do Mosaico do Baixo Rio Negro. As organizações e sujeitos envolvidos com a implementação dos mosaicos de áreas protegidas têm sido a força motriz para a permanência e o fortalecimento desse instrumento de gestão territorial, cuja importância se amplifica a cada dia no atual contexto das mudanças do clima, exigindo soluções baseadas nos ecossistemas com a participação dos povos e comunidades sociobiodiversas.

3. METODOLOGIA ADOTADA

3.1. Etapas da análise e planejamento

Para realizar a análise do plano de ação do Mosaico do Baixo Rio Negro (MBRN), elaborado em 2017 para ser implementado em cinco anos (até 2022), foram adotados debates com os membros do conselho no âmbito das reuniões ordinárias. Assim, a metodologia adotada foi baseada em quatro etapas (Figura 4):

- Na reunião do conselho de 16/03/22, foi apresentado o plano de ação para os membros do conselho e, por meio de um formulário virtual, foi possível coletar a percepção dos conselheiros e conselheiras, bem como de pessoas envolvidas com o MBRN, sobre o nível de implementação das ações previstas no plano. Nessa etapa, cada ação pode ser avaliada em cinco categorias: implementado, parcialmente implementado, parcialmente não implementado, não implementado ou não possui conhecimento sobre a sua implementação.
- Na reunião do conselho de 20/05/22, foi apresentado o resultado da percepção de 13 participantes da etapa anterior (Anexo) e promovido um debate sobre as recomendações para o planejamento do mosaico. As recomendações tiveram como objetivo buscar subsídios para as próximas etapas e trazer maior consciência para os membros do conselho sobre o processo de planejamento.
- Na próxima reunião do conselho, prevista para 25/08/22, será promovida uma revisão do plano, buscando gerar uma primeira versão do novo planejamento do mosaico. A partir de uma visão de futuro debatida e consensuada, serão definidos eixos de atuação do conselho. Para cada eixo, serão debatidas as ações emergenciais que irão compor o novo planejamento.
- Na última reunião do conselho, prevista para novembro de 2022, será consolidado o novo planejamento do mosaico. Nessa etapa, os conselheiros e conselheiras irão olhar o plano elaborado na etapa anterior e poderão acrescentar eixos importantes, mas que não foram considerados, visando consolidar o novo plano de ação para ser implementado em cinco anos (até 2017).

Planejamento do MBRN

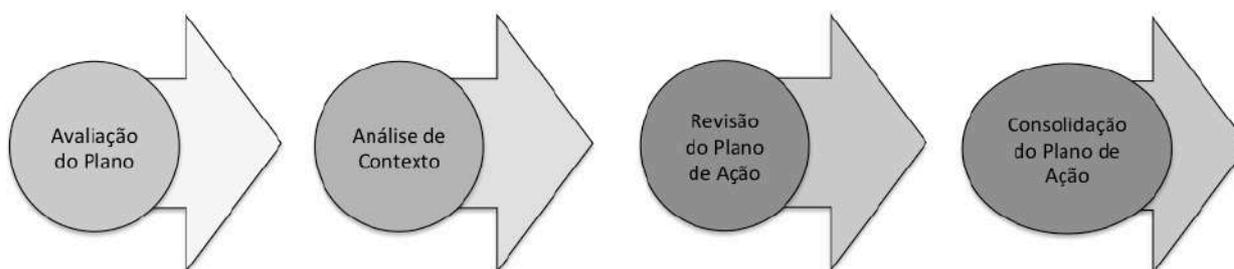


Figura 3. Etapas de análise e planejamento do MBRN.



Figura 4. Registro das reuniões ordinárias do conselho gestor do MBRN: Na imagem acima, a reunião de 16/03/22, quanto foi apresentado o plano de ação e realizada a análise de sua implementação. Na imagem abaixo, a reunião de 20/05/22, quando foi apresentado o resultado da análise de percepção e promovido um debate sobre as recomendações para o planejamento do mosaico.

3.2. O atual Plano de Ação do MBRN

Atualmente, o MBRN possui um plano de ação elaborado em 2017 para ser implementado até 2022. De forma geral, está organizado em cinco programas:

A. ORDENAMENTO TERRITORIAL

A.1. Planejamento e Visão Territorial

- Cenários de futuro para o MBRN;
- Influência sobre políticas públicas, visando a mitigação dos impactos.

A.2. Consolidação de Limites

- Parque Estadual do Rio Negro Setor Norte e APA do Rio Negro Margem Direita redelimitados e RDS Bom Jesus do Puduari;
- Parque Nacional do Jaú e Reserva Extrativista Rio Unini redelimitados.

A.3. Uso e Ocupação da Terra

- Processos de construção e revisão dos instrumentos de planejamento local e regional (Planos Diretores, Zoneamento Ecológico Econômico etc.).

B. DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

B.1. Organização Social

- Estímulo e qualificação da participação social;
- Lideranças dotadas de capacidades e competências específicas;
- Ampliar a participação de mulheres;
- Capacitação e engajamento de jovens.

B.2. Produção Agroextrativista

- Agricultores e extrativistas formados e instrumentalizados (ATER);
- Municípios implementando políticas públicas (PNAE, PAA e PLANAPO);
- Ordenamento pesqueiro.

B.3. Economias e Atividades Predatórias

- Mitigação e compensação de impactos de economias "predatórias".

B.4. Visitação

- Diagnóstico de Uso Público;
- "Cardápio" de Uso Público das Unidades de Conservação do MBRN elaborado;
- Roteiros integrados de visitação do Mosaico elaborados;
- Proposta de cadastro de operadores do MBRN unificada;
- Proposta de controle e monitoramento da visitação;
- Proposta de ordenamento da visitação do MBRN unificada.
- Capacitação das organizações comunitárias, condutores e operadores;
- Intercâmbio de experiências entre iniciativas de turismo de base comunitária e outras modalidades de visitação.

C. CONSERVAÇÃO SOCIOAMBIENTAL

C.1. Educação Ambiental

- Agente Ambiental Voluntário;
- Ajuri de Novo Airão;
- Plano de Educação Ambiental do Mosaico elaborado.

C.2. Monitoramento Socioambiental

- Monitoramento Socioambiental;
- Monitoramento do Alvos;
- Pesquisa e Conhecimento: atualização e acesso às informações do Mosaico.

D. INTEGRAÇÃO DO MOSAICO

D.1. Governança e Gestão

- Construção participativa dos Planejamentos das Unidades de Conservação (Planos de Manejo, POAs, monitoramentos de gestão);
- Integrar o Planejamento e da execução dos POAs das Unidades de Conservação através da execução conjunta.

D.2. Proteção

- Plano Integrado de Proteção do Mosaico.

D.3. Articulação interna

- Ampliar a participação de atores públicos e privados no MBRN;
- Gestão eficiente dos processos do Mosaico;
- Ter estruturada uma sala/plataforma de informação do MBRN no Espaço FVA;
- Secretaria Executiva em funcionamento atendendo as necessidades;
- Conselheiros capacitados uma vez ao ano sobre temas relevantes ao MBRN;
- MBRN dotado de Programa de Voluntariado.

E. SUSTENTABILIDADE INSTITUCIONAL

E.1. Sustentabilidade Institucional

- Desenvolvimento de produtos institucionais do Mosaico;
- Elaboração, captação e execução de projetos técnicos;
- Ao menos 1 projeto/ano elaborado de forma participativa no âmbito do Conselho/Câmara Técnica de Captação de Recursos;
- Acesso aos recursos de obrigações legais e outros mecanismos de acesso aos recursos públicos.

E.2. Comunicação

- Fortalecimento da Marca do MBRN;
- Comunicação e Marketing do Mosaico (externo).

4. RESULTADOS

A seguir serão apresentados os resultados das duas primeiras dinâmicas voltadas para avaliar a implementação do plano de ação do MBRN e as recomendações para a atualização desse planejamento. No caso do resultado da enquete, foi dado o destaque para a categoria de implementação das ações mais votadas.

4.1. Resultado da Enquete de Avaliação do Plano de Ação do MBRN

4.1.1. Ordenamento territorial

- **Construção da visão compartilhada do MBRN:** Parcialmente executada. A contexto da pandemia e a baixa participação de alguns dos membros do conselho trouxeram dificuldades para o desenvolvimento de uma visão compartilhada do mosaico. Atualmente existe uma visão de futuro que está sendo delineada nas reuniões do conselho e nos planejamentos dos projetos, como por exemplo a construção de cenários de futuro que está sendo viabilizada pelo Projeto Lira. Contudo é preciso ampliar o alcance dessa discussão para outros fóruns no território ou que atuam nele.
- **Influência sobre políticas públicas:** Parcialmente não executada. De forma geral, foi avaliado que o colegiado não tem conseguido influenciar diretamente as políticas públicas que incidem no mosaico. Contudo, recentemente, o colegiado conseguiu influenciar o IPAAM no licenciamento da exploração mineral (areia e seixo) no leito do rio Negro, em especial na região do Parque Estadual do Rio Negro Setor Norte, RDS Puranga e RDS Tupé. Além disso, vem atuando na retomada do planejamento da Reserva da Biosfera e no processo de criação do Sítio Ramsar. De forma muito secundária, vem acompanhando os processos relacionados ao porto de Novo Airão, do porto de Lages e os projetos das hidrelétricas do rio Branco.
- **Consolidação de Limites e Categorias de Áreas Protegidas:** Parcialmente executado para a RDS Bom Jesus do Puduari (redelimitação do Parque Estadual do Rio Negro Setor Norte). O estudo avançou, passou pelo gabinete da SEMA e, atualmente, se encontra na ALEAM para votação, em qualquer momento. Parcialmente não executado para o caso da redelimitação do Parque Nacional do Jaú e a Reserva Extrativista do Unini. Houve o desenho da proposta e a abertura do processo, contudo está parado no ICMBio, assim como há necessidade de mais estudos e a espera de época propícia para a tramitação no Congresso Nacional.
- **Uso e ocupação da terra:** Parcialmente não executada. De forma geral, o conselho do mosaico não está influenciando nas decisões de implementação dos programas de desenvolvimento regional do baixo rio Negro, como o Território da Cidadania, o Programa de Aceleração de Crescimento (PAC), Planos Diretores, Zoneamento Ecológico-Econômico, entre outros. Somente há uma pequena influência na Região Metropolitana de Manaus (RMM) devido ao trabalho articulado da FVA e WCS no Observatório da RMM e na produção dos boletins de alerta, mas com pouco resultado prático.

4.1.2. Desenvolvimento socioeconômico

- **Organização social:** Parcialmente executado. O conselho vem estimulando a participação social na gestão do mosaico, em especial de jovens lideranças. Destaque para a atuação da FVA em Novo Airão, com os cursos de formação de brigadistas, de comunicação (Tocando o Barco), de elaboração de projetos e os encontros de empreendedores de turismo (viabilizado pelo Projeto Lira). Além disso, há também a atuação do Ipê na região de Manaus, com os encontros de empreendedores e a formação de novas lideranças. Contudo, ainda há necessidade de apoiar o fortalecimento das organizações de base representantes das Unidades de Conservação e comunidades no conselho do Mosaico, que apesar de existir algumas iniciativas, como aquelas apoiadas pelo Projeto Lira, ainda é incipiente, com poucos resultados práticos.

- **Fortalecimento das cadeias produtivas da sociobiodiversidade:** Parcialmente executado. De forma geral, as atividades de fortalecimento das cadeias produtivas veem ocorrendo na região, contudo sem uma coordenação do mosaico. Destaca-se a atuação da FVA no rio Unini, com a produção de castanha e de pirarucu manejado (1ª feira em Novo Airão). Aquisição de produtos da agricultura familiar para a merenda escolar também é política estabelecida em Novo Airão. Em Manaus ocorreu a retomada do Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável. Em 2019 foi trabalhado o fornecimento de merendas (pessoas físicas) próxima de Manaus.
- **Ordenamento pesqueiro do Mosaico:** Parcialmente executado. O termo de compromisso da pesca de subsistência no PARNA Anavilhanas foi planejado pelo LIRA e terá início este ano. Também há os Instrumentos de resolução para ordenar o turismo (RDS do Tupé e RDS Puranga).
- **Mitigação e compensação de impactos de economias "predatórias":** Parcialmente não executado. O conselho não conseguiu definir uma estratégia para mitigação do impacto e influenciar na adoção de boas práticas de cadeias produtivas críticas (madeira, mineração, pesca comercial, especulação imobiliária, turismo de massa, etc.) para o território do MBRN. Contudo, há alguma influência sobre a instalação de novas atividades de extração de areia no Rio Negro, existe o monitoramento de ocupações, de focos de incêndio, da abertura de ramais e do desmatamento pela FVA e WCS. O turismo de massa poderá ser mitigado com a divulgação dos roteiros integrados do Mosaico (em elaboração).
- **Diversificação, integração e comunicação das atividades de Uso Público do MBRN:** Parcialmente executado. A Câmara Técnica de Uso Público está muito atuante, com a liderança da Jô do ICMBio. As atividades previstas no Projeto Lira tiveram atrasos devido o contexto da pandemia, mas agora estão em andamento, principalmente o cardápio de roteiros turísticos.
- **Qualificação dos serviços de visitação do MBRN:** Parcialmente não executada. Devido a Covid, as atividades foram interrompidas. Contudo, agora estão retomando as atividades previstas no Projeto Lira. Já foi realizado um intercâmbio de implementação de projetos de uso público na escala de mosaicos.

4.1.3. Conservação socioambiental

- **Agente Ambiental Voluntário:** Parcialmente não executada. No rio Negro houve capacitação para brigada, mas apenas atingiu um pequeno número das pessoas. Houve capacitação de agentes ambientais voluntários (AVV) antes da pandemia e de vigilância comunitária para manejo do pirarucu da RESEX do rio Unini. Porém há dificuldade de ação dos AVV capacitados em suas atividades por conta do apoio, que depende de recursos financeiros escassos no momento. Os AVV não têm como atuar sem o apoio dos Órgãos Gestores.
- **Ajuri de Novo Airão:** Parcialmente não executado. São poucas instituições que participam das atividades propostas pelo AJURI. Houve ações de limpeza no Parque Municipal da Cacimba, envolvendo algumas instituições. Também houve uma considerável participação de estudantes na ação de limpeza de praias que contaram com o envolvimento e estímulo de professores, partindo da iniciativa do ICMBio. Este envolvimento dos jovens em atividades voltadas ao meio ambiente indica que vale ter um animador para fortalecer e projetar o Movimento AJURI em Novo Airão, de forma a propiciar uma participação mais efetiva e engajamento da sociedade em ações voltadas à educação ambiental. Contudo, ainda não tem o apoio efetivo do Mosaico.
- **Plano de Educação Ambiental do Mosaico elaborado:** Parcialmente não executado. PARNA Anavilhanas e PARNA Jaú têm Planos de Interpretação Ambiental sendo revistos pela equipe de Uso Público do ICMBio.
- **Monitoramento Socioambiental:** Parcialmente não executado. Foram elaborados planos de monitoramento e formado o GT de Pesquisa e Monitoramento do MBRN, contudo não foram observados resultados concretos.

- **Pesquisa e Conhecimento:** Parcialmente não executado. Foram realizados estudos para a criação de um banco de dados integrado e um web site, mas não houve recursos para colocar no ar.

4.1.4. Integração do mosaico

- **Construção participativa dos Planejamentos das Unidades de Conservação:** Parcialmente executado. O conselho não conseguiu integrar o planejamento físico-financeiro das Unidades de Conservação do Mosaico no biênio 2018-2019. Também pouco influenciou os instrumentos técnicos de gestão alinhados durante suas fases de elaboração e revisão (Planos de Manejo e Gestão) com vistas aos objetivos do Mosaico. Apesar disso, neste período três planos foram atualizados: da RDS Tupé em 2017, do PN Jaú em 2018 e da RDS Puranga em 2022.
- **Plano Integrado de Proteção do Mosaico:** Parcialmente não executado. Não foi elaborado o plano integrado de proteção, mas cada unidade possui seu documento orientador.
- **Ampliar a participação de atores públicos e privados no MBRN:** Parcialmente não executado. O conselho não conseguiu assegurar a participação do poder público municipal de Barcelos, Manacapuru e Iranduba em todas as reuniões do Mosaico. Somente Novo Airão e Manaus possuem algum nível de participação.
- **Gestão eficiente dos processos do Mosaico:** Parcialmente não executado. Devido a pandemia, pouca interação ocorreu. O Regimento interno não foi revisado.
- **Adequação de recursos físicos e humanos do Mosaico em Novo Airão:** Parcialmente executado. A Secretaria Executiva está em funcionamento atendendo as necessidades do Mosaico. Há estrutura, com uma sala/plataforma de informação do MBRN no Espaço FVA em funcionamento. Contudo, os membros do conselho não foram capacitados uma vez ao ano sobre temas relevantes ao MBRN e não há um programa e voluntariado no mosaico.

4.1.5. Sustentabilidade institucional

- **Desenvolvimento de produtos institucionais do Mosaico:** Não ocorreu. Não foram desenvolvidos produtos institucionais do Mosaico, apesar da trilha de longo curso ter desenvolvido uma identidade visual para o mosaico.
- **Elaboração, captação e execução de projetos técnicos:** Executado. Foram captados três projetos no período, com destaque para o Projeto Rotas e Pegadas, que possui diversas atividades previstas do plano de ação do mosaico, como a sustentabilidade da secretaria executiva. Além de projetos locais, como para a RDS Puranga e RDS Tupé.
- **Financiadores informados e engajados, entendendo o papel do Mosaico, suas demandas e apoiando a implementação do Plano de Ação do MBRN:** Parcialmente não executado. Apesar dos projetos captados, há pouca ação junto aos financiadores para apoiar o mosaico.
- **Acesso a recursos de obrigações legais e outros mecanismos de acesso a recursos públicos:** Não ocorreu. Nenhum recurso foi captado com obrigações legais.
- **Fortalecimento da Marca do MBRN:** Parcialmente não executado. Não foi desenvolvida a marca do mosaico, apesar da confecção de camisetas com a marca "Caminhos do Rio Negro".
- **Comunicação e Marketing do Mosaico (externo):** Parcialmente não executado. Os boletins e informativos do Mosaico vêm sendo divulgados.

4.2. Recomendações para o processo de revisão do Plano de Ação

Recomendações para revisão das ações

- A primeira ação é olhar o plano com o cristal das nossas capacidades e disponibilidades, revisando a real possibilidade de execução.
- Investir em comunicação interna e externa com a finalidade de dar mais publicidade e engajamento ao Mosaico e evitar a duplicidade de esforços.
- Promover intercâmbios entre as Unidades de Conservação do Mosaico, permitindo que iniciativas de sucesso possam inspirar moradores de outros locais.
- Estabelecer grupos de trabalho para discutir questões pontuais.

Recomendações para processo de planejamento

- O mosaico deve alcançar todas as Unidades de Conservação, como conjunto, com ações que façam sentido.
- Importante termos um Sistema de Monitoramento implementado e integrado a uma base de dados e informações em apoio à gestão e a proteção do Mosaico.
- Buscar meios de implementar um sistema de comunicação e integração de atores do Mosaico, assim como foi planejado no Projeto Corredores Ecológicos e que nunca vingou. Buscar utilizar meios dentro do território, como radiofonia. Hoje, em tempos de internet via satélite, já podemos planejar um sistema de comunicação que alcance todo mundo e possibilite o fluxo de informações entre todos.
- Integração do Mosaico com a Reserva da Biosfera e Sítio Ramsar, duas plataformas que se sobrepõem ao Mosaico e que precisam ter uma forma de integração de ações convergentes e complementares. A integração destes territórios está prevista no projeto Paisagens Sustentáveis da Amazônia (ASL 2 – Banco Mundial/GEF), mas ainda sem a previsão de ações.
- Que os processos de ordenamento do turismo em comunidades indígenas, em curso, sejam socializados e, se possível, integrados, ao planejamento do mosaico.
- Promover a integração com os planejamentos e ferramentas de gestão das Unidades de Conservação recentemente integradas ao Mosaico. A APA Tarumã-Ponta Negra tem conselho e pode somar forças.
- Melhorar a participação do órgão oficial de turismo e de meio ambiente do Estado, para que estejam mais próximo ao Conselho. Temos uma boa atuação do Federal com o ICMBio, e Municipal com a SEMMA e os conselhos municipais.
- Necessidade de transformar informação científica em prática e levar para uma maior audiência dentro do território para que possa ser usada.
- Melhor implementação e comunicação entre GTs e Câmaras Técnicas.
- Reformulação do Plano com inovações.
- Ao longo do tempo de vigência do Plano, devem haver momentos de adaptação do planejamento e de revisão das prioridades.
- O Plano deve contemplar, além das diretrizes mais focadas, algumas mais abertas que permitam otimizar a captação de recursos, se aproximando mais de um plano estratégico geral e servindo de portfólio para novas possibilidades.
- É preciso distinguir o que são ações de interesse de uma Unidade de Conservação específica e as que são de interesse do Mosaico.
- As ações de uma dada Unidade de Conservação que podem servir de inspiração para outras devem ser trazidas a público durante as reuniões do Mosaico. Importante incluí-las nas pautas das reuniões do Conselho.
- Usar as tardes da próxima reunião do Conselho para avançar na atualização do novo Plano de Ação.

5. CONCLUSÃO

De forma geral, segundo a percepção dos participantes da enquete, os componentes “Integração do Mosaico” e “Sustentabilidade Institucional”, foram os mais bem pontuados, em especial nas atividades voltadas a gestão do conselho e financiamento do mosaico, por meio dos projetos captados. Contudo, a “Conservação Socioambiental”, foi o componente mais mal avaliado, em especial as atividades voltadas ao monitoramento socioambiental, pesquisa e conhecimento.

Outro aspecto interessante foi que algumas atividades avançaram por conta da atuação do conselho, como a definição dos limites da RDS Bom Jesus do Puduari, o fortalecimento das organizações social com maior participação dos jovens, a agenda integrada do uso publico, entre outros. Contudo, algumas ações foram consideradas parcialmente executadas, não como uma atividade coordenada pelo conselho, mas sim da atuação das instituições e dos municípios envolvidos, como por exemplo o fortalecimento das cadeias produtivas da sociobiodiversidade, os planos de proteção, Ajuri de Novo Airão, entre outros.

Considerando as categorias mais votadas de implementação das atividades, o quadro geral do status das atividades do Plano de Ação do Mosaico, até o momento é:

Executado

- Elaboração, captação e execução de projetos técnicos.

Parcialmente executada

- Construção da visão compartilhada do MBRN;
- RDS Bom Jesus do Puduari (redelimitação do Parque Estadual do Rio Negro Setor Norte);
- Organização social;
- Fortalecimento das cadeias produtivas da sociobiodiversidade;
- Ordenamento pesqueiro do Mosaico;
- Diversificação, integração e comunicação das atividades de Uso Público do MBRN;
- Construção participativa dos Planejamentos das Unidades de Conservação;
- Adequação de recursos físicos e humanos do Mosaico em Novo Airão.

Parcialmente não executada

- Influência sobre políticas públicas;
- Redelimitação do Parque Nacional do Jaú e a Reserva Extrativista do Unini;
- Uso e ocupação da terra;
- Mitigação e compensação de impactos de economias "predatórias";
- Qualificação dos serviços de visitação do MBRN;
- Agente Ambiental Voluntário;
- Ajuri de Novo Airão;
- Plano de Educação Ambiental do Mosaico elaborado;
- Monitoramento Socioambiental;
- Pesquisa e Conhecimento;
- Plano Integrado de Proteção do Mosaico;
- Ampliar a participação de atores públicos e privados no MBRN;
- Gestão eficiente dos processos do Mosaico;
- Financiadores informados e engajados, entendendo o papel do Mosaico, suas demandas e apoiando a implementação do Plano de Ação do MBRN;
- Fortalecimento da Marca do MBRN;
- Comunicação e Marketing do Mosaico (externo).

Não ocorreu

- Desenvolvimento de produtos institucionais do Mosaico;
- Acesso a recursos de obrigações legais e outros mecanismos de acesso a recursos públicos.

6. ANEXO: ENQUETE COM O CONSELHO DO MBRN

Entre os dias 14 a 25 de março de 2022, no âmbito da 24ª Reunião do Conselho do Mosaico, foi realizada uma enquete junto aos membros dos conselhos e convidados sobre a percepção da implementação do Plano de Ação do Mosaico do Baixo Rio Negro. Foram 13 pessoas que participaram da enquete (Tabela 1), sendo que 61,5% estão há mais de 3 anos atuando no mosaico, 30,6% entre 1 a 3 anos e somente 7,7% atua há menos de um ano (Figura 1). Destes, 83,3% são conselheiros e os demais foram convidados a contribuir com a avaliação (Figura 2).

Tabela 1. Participantes da enquete sobre a percepção da implementação do Plano de Ação do MBRN.

N	Nome	Instituição
1	Ângela Midori	ICMBio
2	Carlos Durigan	WCS-Brasil
3	Carlos Fábio de Souza	SEBRAE
4	Clarice Bassi	ICMBio
5	Fabiano Lopez da Silva	FVA
6	Leila Mattos Araújo Nápoles	ICMBio
7	Marco Antônio Vaz de Lima	SEMMAS Manaus
8	Mariana Macedo Leitão	ICMBio
9	Marina Antomgiovanni da Fonseca	FVA
10	Nailza Pereira Porto	Ipê
11	Raimundo Ribeiro Romaine	SEMA/ DEMUC
12	Ricardo Daniel Pedroso	Amazonas Cluster
13	Tatiana Schor	SEDECTI/SECTI

De forma geral, dos 13 participantes do estudo de percepção sobre a implementação do plano de ação do MBRN, cerca de 61,5% estão mais de 3 anos trabalhando no mosaico, 30,8% possuem 1 a 3 anos e 7,7% estão a menos de 1 ano (Figura 5). Destes, 83,3% são membros do conselho e 16% não são (Figura 6).

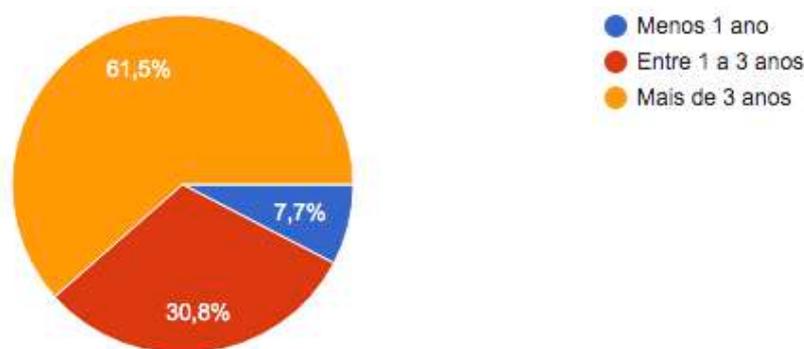


Figura 5. Proporção do tempo de envolvimento dos participantes no estudo sobre o conselho do mosaico.

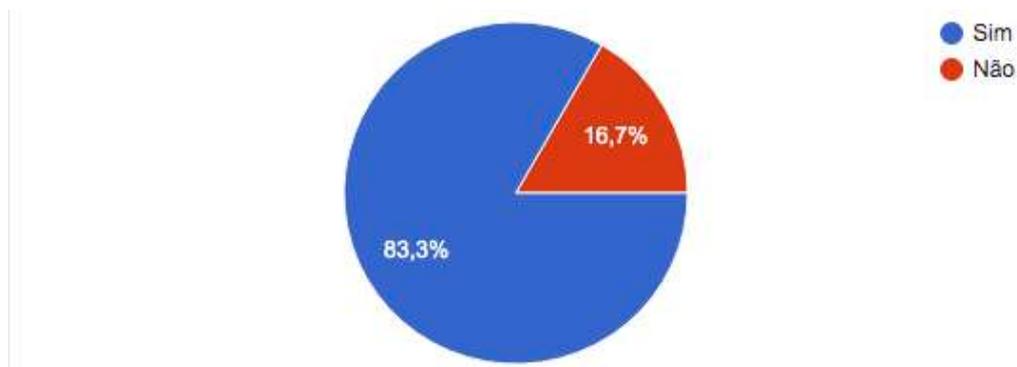


Figura 6. Proporção dos participantes no estudo que são ou não membros do conselho do mosaico.

1. Ordenamento Territorial

1.1. Construção de visão compartilhada do MBRN



Figura 7. Percepção da implementação da atividade “Construção de visão compartilhada do MBRN”.

Comentários:

- A pandemia barrou diversas das atividades que pensamos como conselho reduzindo a participação e o controle social.
- A pandemia do COVID atrapalhou tudo.
- Não tivemos ações específicas neste sentido, mas as demais atividades em curso veem colaborando com a construção dessa visão compartilhada.
- A construção dessa visão compartilhada ainda está muito restrita a quem participa diretamente das ações do Conselho. É preciso ampliar o alcance dessa discussão para outros fóruns no território ou que atuam nele.
- Entendo que não alcançamos 100% até mesmo por passarmos por tantas dificuldades nos últimos anos.
- Por não ser o Titular da RDS Amanã e estar respondendo parcialmente por esta unidade e por estar em Tefé no médio Solimões, tenho participado não efetivamente das agendas do mosaico.
- A visão de futuro está sendo delineada nas reuniões do conselho e nos planejamentos para os projetos. Ex. LIRA.

1.2. Influência sobre políticas públicas.

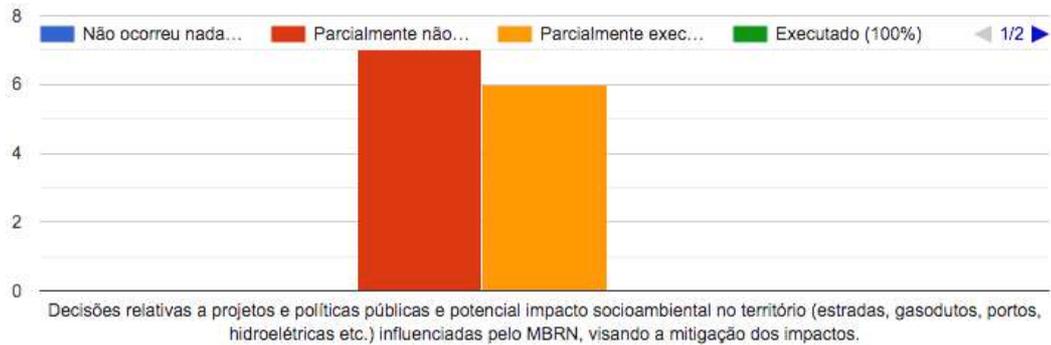


Figura 8. Percepção da implementação da atividade “Influência sobre políticas públicas”.

Comentários:

- O colegiado, apesar de se manifestar sobre políticas públicas, não tem conseguido influenciar diretamente estas políticas.
- Idem... além da suspensão das atividades previstas, há a necessidade de adequação à situação sanitária.
- Exemplo deste processo foi a articulação do mosaico contra licenças de exploração de areia em áreas relevantes para turismo de base comunitária.
- Não dá para ser 100% porque tem sempre o que ser realizado em termos de políticas públicas. No entanto, recentemente, houve uma mobilização dos atores envolvidos diretamente com o Mosaico (especialmente com o conselho) que ajudou a barrar a exploração mineral no leito do rio Negro. Também há tentativas de alteração de limites de Unidades de Conservação em curso com a participação ativa dos integrantes do Conselho e parceiros. Esses são exemplos recentes mas, certamente, existem outros realizados em outros momentos.
- Além de influências diretas em políticas públicas, o Conselho tem promovido discussões que têm impulsionado a construção de propostas para a captação de recursos (muitas delas com êxito) que influenciam diretamente na gestão socioambiental do território.
- De fato, houve acompanhamento dos licenciamentos voltados à extração de areia na calha do rio Negro.
- Acho que ainda temos bem pouca influência sobre as políticas em curso...
- Já existe alguma influência sobre a atividade minerária de extração de areia, mas existem outros projetos públicos que se iniciam e não possuem nenhum tipo de influência por parte do Mosaico.

1.3. Consolidação de Limites e Categorias de Áreas Protegidas

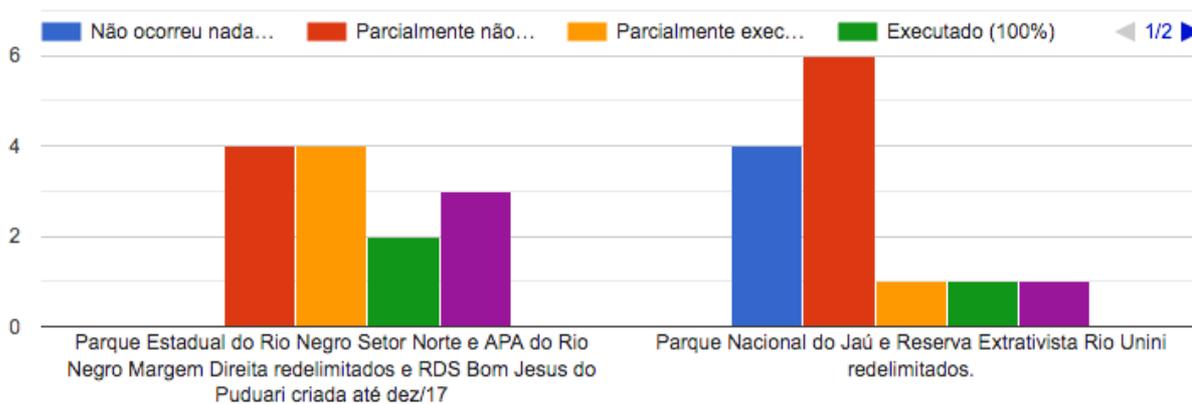


Figura 9. Percepção da implementação da atividade “Consolidação de Limites e Categorias de Áreas Protegidas”.

Comentários:

- Os estudos para embasarem o pedido de redelimitação do Parque Nacional do Jau e Reserva Extrativista rio Unini ainda não foram consolidados. Houve coleta de informações no rio Unini, mas no rio Carabinani não houve coleta de informações.
- Acredito que não chegou a 50% tudo que foi planejado.
- Não houve discussão ou encaminhamento sobre esta pauta no período.
- Em relação à redelimitação do PERN Setor Norte, a proposta encontra-se na ALEAM para aprovação.
- A delimitação do Parque Norte já está na ALEAM para votação a qualquer tempo. O processo do Jaú e Unini foi aberto mas está parado no ICMBio por alguns motivos, como a necessidade por mais estudos e a época pouco propícia para esta tramitação no Congresso Nacional.

1.4. Uso e ocupação da terra

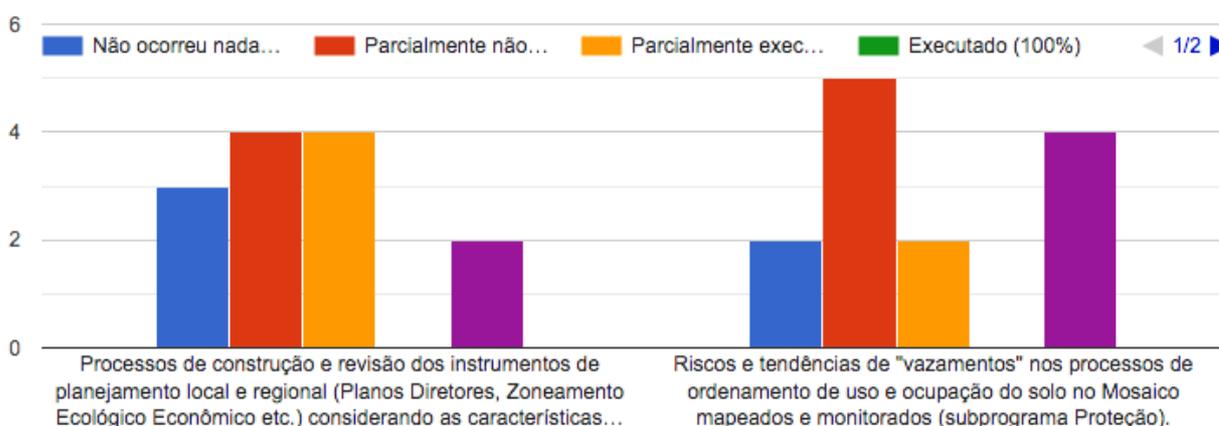


Figura 10. Percepção da implementação da atividade “Uso e ocupação da terra”.

Comentários:

- Os processos estão iniciando a retomada somente agora.
- A FVA e a WCS têm realizado este mapeamento e monitoramento.

2. Desenvolvimento Socioeconômico

2.1. Organização social

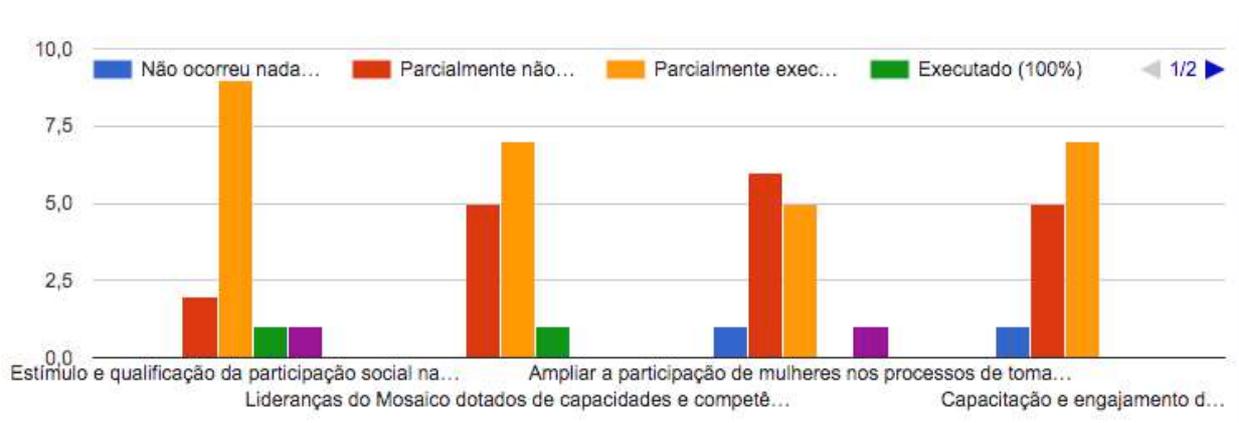


Figura 11. Percepção da implementação da atividade “Organização social”.

Comentários:

- Atividades previstas impactadas pela pandemia.
- As atividades de apoio ao desenvolvimento e formação foram suspensas e só estão sendo reprogramadas agora.
- Em reuniões dos Conselhos Gestor das Unidades de Conservação que compõem o MBRN sempre salientar a importância da participação de jovens lideranças, principalmente.

2.2. Fortalecimento das cadeias produtivas da sociobiodiversidade

Agricultores e extrativistas formados e instrumentalizados (ATER) para produção e comercialização de produtos da sociobiodiversidade / Municípios do mosaico e órgãos e agências de fomento implementando políticas públicas já estabelecidas para a produção e aquisição de produtos da sociobiodiversidade (PNAE, PAA e PLANAPO).



Figura 12. Percepção da implementação da atividade “Fortalecimento das cadeias produtivas da sociobiodiversidade”.

Comentários:

- Existe complexidade para acesso a estas políticas que desmotivaram as famílias do Unini a aderirem aos programas.

- Idem resposta anterior.
- Em Novo Airão ocorreu a 1ª Feira do Pirarucu gerenciado da Resex Unini, e a intenção é que ocorra anualmente. Aquisição de produtos da agricultura familiar para a merenda escolar também é política estabelecida em Novo Airão.
- Este tópico é o que menos tenho conhecimento, mas acredito que as ações que estão acontecendo são de forma isolada pelas instituições e pela FVA, e não pelo Mosaico.

2.3. Ordenamento pesqueiro do Mosaico: Atividades pesqueiras legalizadas e alinhadas aos planejamentos das unidades, garantindo a conservação das Unidades de Conservação e a segurança alimentar das populações do MBRN.



Figura 13. Percepção da implementação da atividade “Ordenamento pesqueiro do Mosaico”.

Comentários:

- Ainda não foi possível trabalhar o termo de compromisso (TC) de Anavilhanas, mas o processo foi iniciado.
- Agora que irão ocorrer as oficinas para o TC e outras atividades que haviam sido planejadas e que foram adiadas com a pandemia.
- Atividades previstas para ocorrer no primeiro semestre de 2022 - TC da pesca de subsistência no PARNA Anavilhanas.
- O TC da pesca de subsistência no PARNA Anavilhanas foi planejado pelo LIRA e terá início este ano.

2.4. Mitigação e compensação de impactos de economias "predatórias": Definir uma estratégia para mitigação do impacto e influenciar na adoção de boas práticas de cadeias produtiva crítica (madeira, mineração, pesca comercial, especulação imobiliária, turismo de massa etc.) para o território do MBRN.



Figura 14. Percepção da implementação da atividade Mitigação e compensação de impactos de economias "predatórias".

Comentários:

- Não houve grandes encaminhamentos.
- Já existe alguma influência sobre a instalação de novas atividades de extração de areia no Rio Negro, existe o monitoramento das ocupações, dos focos de incêndio, da abertura de ramais e do desmatamento pela FVA e WCS. O turismo de massa poderá ser mitigado com a divulgação dos roteiros integrados do Mosaico (em elaboração).

2.5. Diversificação, integração e comunicação das atividades de Uso Público do MBRN:

Diagnóstico de Uso Público das Unidades de Conservação do Mosaico elaborado até dezembro de 2017 / "Cardápio" de Uso Público das Unidades de Conservação do MBRN elaborado, mapeado e divulgado até junho de 2018 / Roteiros integrados de visitação do Mosaico elaborados, mapeados e divulgados até dezembro de 2018 / Proposta de cadastro de operadores do MBRN unificada elaborada até dezembro de 2019 / Proposta de controle e monitoramento da visitação do MBRN unificada elaborada até dezembro de 2019 / Proposta de ordenamento da visitação do MBRN unificada (licenciamento, delegação de serviços etc.) elaborada até dezembro de 2019.



Figura 15. Percepção da implementação da atividade Diversificação, integração e comunicação das atividades de Uso Público do MBRN.

Comentários:

- Foram realizadas grande parte das atividades previstas e estão no cronograma de atuação.
- Muitas ações foram iniciadas e interrompidas pela pandemia.
- As ações estão em andamento, principalmente sobre o cardápio de roteiros turísticos. É preciso considerar os dois anos de pandemia, em que não houve atividades em comunidades, e também recursos financeiros escassos para execução.

2.6. Qualificação dos serviços de visitação do MBRN: Capacitação das organizações comunitárias, condutores e operadores para promoção da visitação nas Unidades de Conservação do MBRN / Intercâmbio de experiências entre iniciativas de turismo de base comunitária e outras modalidades de visitação.



Figura 16. Percepção da implementação da atividade Qualificação dos serviços de visitação do MBRN.

Comentários:

- Previstas para 2022.
- As atividades foram suspensas por 2 anos pelo COVID.
- Houve intercâmbio apresentado nesta reunião do MBRN.

3. Conservação socioambiental

3.1. Agente Ambiental Voluntário: Todas as Unidades de Conservação do baixo rio Negro com Agentes Ambientais capacitados e atuando.



Figura 17. Percepção da implementação da atividade Agente Ambiental Voluntário.

Comentários:

- Desconheço se foi possível.
- Houve capacitação de AVV, porém há dificuldade de ação deles em suas atividades por conta do apoio, por meio de recurso financeiro, escasso. Os AVV não têm como atuarem sem apoio dos Órgãos Gestores.

- O Programa AAV ocorre nas Unidades estaduais e está bastante avançado, mas não creio que 100%. No entanto, esta capacitação e cadastro ocorre através das próprias Unidades de Conservação e não através do mosaico.

3.2. Ajuri de Novo Airão: Ajuri de Novo Airão fortalecido com novas instituições, parceiros e engajamento comunitário.

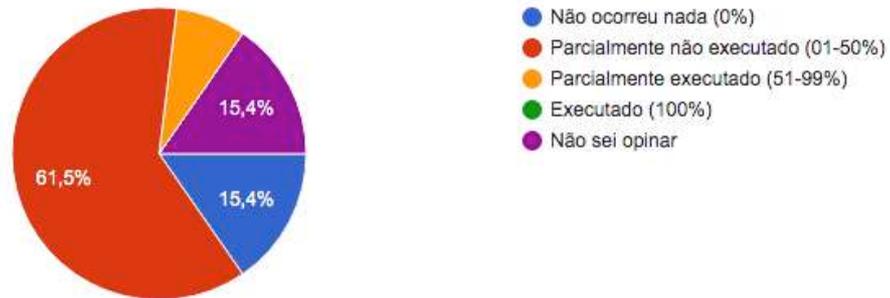


Figura 18. Percepção da implementação da atividade Ajuri de Novo Airão.

Comentários:

- Houve bastante engajamento das instituições e organizações sociais, mas o poder público permanece pouco engajado.
- Mesmo com a pandemia o grupo fez grande esforço para conectar com os parceiros.
- São poucas instituições que participam das atividades propostas pelo AJURI. Houve ações de limpeza no Parque Municipal da Cacimba, envolvendo algumas instituições. Também houve uma considerável participação de estudantes na ação de limpeza de praias que contaram com o envolvimento e estímulo de professores, partindo da iniciativa do ICMBio. Este envolvimento dos jovens em atividades voltadas ao meio ambiente nos indica que vale ter um animador para fortalecer e projetar o Movimento AJURI em Novo Airão, de forma a propiciar uma participação mais efetiva da sociedade em ações voltadas à educação ambiental.
- o Ajuri realizou algumas atividades em 2018 e 2019 mas não tem ainda o apoio efetivo do Mosaico.

3.3. Plano de Educação Ambiental do Mosaico elaborado: Revisão do Plano de Educação Ambiental e outros documentos pertinentes (Plano de Interpretação Anavilhanas, planos de manejo etc.) com foco em quelônios elaborado pela WCS e adaptação para o contexto do Mosaico.



Figura 19. Percepção da implementação da atividade Plano de Educação Ambiental do Mosaico elaborado.

Comentários:

- Não ocorreu na íntegra...apenas algumas ações puderam ser encaminhadas.
- PARNA Anavilhanas e Jaú tem Planos de Interpretação Ambiental sendo revistos pela equipe de Uso Público do ICMBio.
- Será realizado em 2022 através do LIRA.

3.4. Monitoramento Socioambiental: Um plano para monitorar a efetividade do Mosaico e as ações de manejo/conservação/desenvolvimento elaborado / Monitoramento do Alvos / Gestão adaptativa (gestão de aprendizagem) implementada para maior efetividade do Mosaico. A pandemia impediu a maior parte das atividades previstas.



Figura 20. Percepção da implementação da atividade Monitoramento Socioambiental.

Comentários:

- Foram elaborados planos de monitoramento e formado o GT de Pesquisa e Monitoramento do MBRN.

3.5. Pesquisa e Conhecimento: Atualização e acesso a informações do Mosaico.



Figura 21. Percepção da implementação da atividade Pesquisa e Conhecimento.

Comentários:

- Estudos Mamirauá e Unicamp e estudos do plano de manejo das Unidades de Conservação.
- O grupo busca manter as informações e contatos.

- Foram realizados estudos para a criação de um banco de dados integrado e um web site, mas não houve recursos para colocar no ar.

4. Integração do Mosaico

4.1. Construção participativa dos Planejamentos das Unidades de Conservação (Planos de Manejo, POAs, monitoramentos de gestão): Integrar o Planejamento físico-financeiro das Unidades de Conservação do Mosaico no biênio 2018-2019 / Instrumentos técnicos de gestão alinhados durante suas fases de elaboração e revisão (Planos de Manejo e Gestão) com vistas aos objetivos do Mosaico / 100% de execução dos POAs das Unidades de Conservação através da execução conjunta de atividades com parceiros do Mosaico (evitar a devolução de recursos) / Integração de planejamento dos parceiros não governamentais e Unidades de Conservação assegurados.



Figura 22. Percepção da implementação da atividade Construção participativa dos Planejamentos das Unidades de Conservação.

Comentários:

- Neste período eu não estava na região.
- Existe intenção de integração mas o cronograma de cada instituição acaba tornando os planejamentos ainda individuais.

4.2. Plano Integrado de Proteção do Mosaico: Planos Integrados de Proteção para redução de desmatamento, prevenção e combate de incêndios florestais e ilícitos ambientais (caça, pesca ilegal, invasões de terra, biopirataria etc.) das Unidades de Conservação do Mosaico (até 2018).



Figura 23. Percepção da implementação da atividade Plano Integrado de Proteção do Mosaico.

Comentários:

- Foi elaborado um plano de proteção do Mosaico através do programa ARPA.

4.3. Ampliar a participação de atores públicos e privados no MBRN: Participação assegurada do poder público municipal de Barcelos, Novo Airão, Manacapuru, Iranduba e Manaus em todas as reuniões do Mosaico / Envolvimento ampliado do poder público municipal de Barcelos, Novo Airão, Manacapuru, Iranduba e Manaus nas ações do Mosaico.

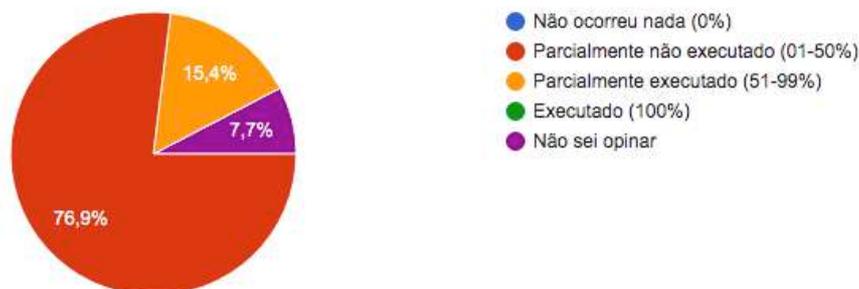


Figura 24. Percepção da implementação da atividade Ampliar a participação de atores públicos e privados no MBRN.

Comentários:

- Creio que houve interação porém desconheço os resultados.
- Nas atividades ligadas ao Conselho, não estamos tendo sucesso em envolver outras prefeituras que não as de Manaus e Novo Airão.
- Houve uma tentativa de envolver estes poderes mas ainda não foi suficiente.

4.4. Gestão eficiente dos processos do Mosaico: Integração dos membros do MBRN fortalecida através da gestão eficiente dos processos de gestão do mosaico.



Figura 25. Percepção da implementação da atividade Gestão eficiente dos processos do Mosaico.

Comentários:

- Neste período eu não estava na região.
- Essa ação é contínua e embora não exista um "100%" está em andamento sempre.

4.5. Adequação de recursos físicos e humanos do Mosaico em Novo Airão: Ter estruturada uma sala/plataforma de informação do MBRN no Espaço FVA para a Secretaria Executiva e para a divulgação de produtos e projetos do Mosaico / Secretaria Executiva em funcionamento

atendendo as necessidades do Mosaico / Conselheiros capacitados uma vez ao ano sobre temas relevantes ao MBRN / MBRN dotado de Programa de Voluntariado.

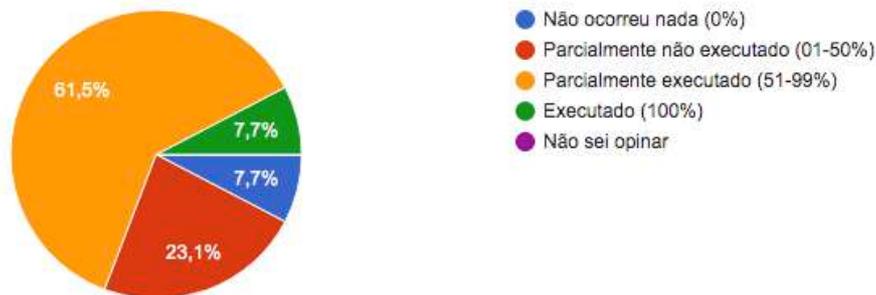


Figura 26. Percepção da implementação da atividade Adequação de recursos físicos e humanos do Mosaico em Novo Airão.

Comentários:

- Ação contínua.
- Secretaria Executiva ativa, espaço da FVA disponibilizado para a realização das reuniões. Necessidade de capacitação dos conselheiros.

5. Sustentabilidade Institucional

5.1. Desenvolvimento de produtos institucionais do Mosaico: X% dos custos do MBRN (programas 4 e 5) provenientes da venda de produtos institucionais.

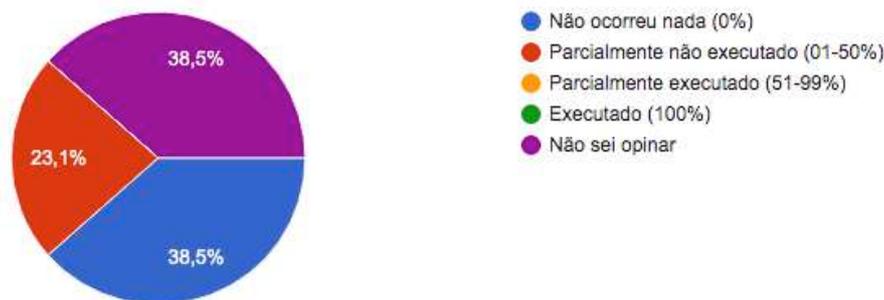


Figura 27. Percepção da implementação da atividade Desenvolvimento de produtos institucionais do Mosaico.

5.2. Elaboração, captação e execução de projetos técnicos: Y% dos custos do MBRN (programas 1, 2 e 3) provenientes de projetos técnicos.



Figura 28. Percepção da implementação da atividade Elaboração, captação e execução de projetos técnicos.

Comentários:

- Sustentabilidade da Secretaria Executiva do MBRN, pelo projeto Rotas e Pegadas.

5.3. Financiadores informados e engajados, entendendo o papel do Mosaico, suas demandas e apoiando a implementação do Plano de Ação do MBRN: Ao menos 1 projeto/ano elaborado de forma participativa no âmbito do Conselho/Câmara Técnica de Captação de Recursos.



Figura 29. Percepção da implementação da atividade Financiadores informados e engajados, entendendo o papel do Mosaico, suas demandas e apoiando a implementação do Plano de Ação do MBRN.

Comentários:

- Apenas a FVA possui financiadores para algumas demandas do Mosaico.
- Projetos elaborados voltados à AMORU e RDS Puranga Conquista, projeto enviado ao Lira (Rotas e Pegadas).

5.4. Acesso a recursos de obrigações legais e outros mecanismos de acesso a recursos públicos: Z% dos custos do MBRN (programas 1, 2 e 3) provenientes de obrigações legais e outros mecanismos públicos de financiamento de atividades.



Figura 30. Percepção da implementação da atividade
Acesso a recursos de obrigações legais e outros mecanismos de acesso a recursos públicos.

5.5. Fortalecimento da Marca do MBRN: Marca do Mosaico associada aos estabelecimentos dos parceiros nos diferentes municípios do baixo rio Negro / Marca do Mosaico associada aos produtos desenvolvidos pelas/nas Unidades de Conservação do MBRN.



Figura 31. Percepção da implementação da atividade
Fortalecimento da Marca do MBRN.

Comentários:

- Sei que há planos de criar uma logomarca nova e arrumar o site do Mosaico que está parcialmente inoperante.
- Pegada Caminhos do Rio Negro sinalizando trilhas nas Unidades de Conservação federais e Parque Municipal da Cacimba. Confecção de camisetas com a marca "Caminhos do Rio Negro".

5.6. Comunicação e Marketing do Mosaico (externo): Municípios (poder público) e comunidades (urbanas e rurais) informadas regularmente sobre as ações do Mosaico, compreendendo o papel e valor do MBRN.



Figura 32. Percepção da implementação da atividade Construção participativa dos Planejamentos das Unidades de Conservação.

Comentários:

- Os boletins e informativos do Mosaico vêm sendo executados.

6. Considerações finais

6.1. Quais são as considerações finais sobre a sua avaliação do Plano de Ação do Mosaico?

- Creio que está contribuindo para integração das áreas de unidade de conservação. Penso que futuramente o foco pode ser mais voltado para e que é possível ter uma abordagem de diagnóstico de pressões e tendências de mudanças nos usos territoriais, a fim de influenciar políticas públicas e legislação ambiental dos municípios envolvidos.
- O plano de ação do Mosaico está caminhando para uma maior integração e execução mais efetiva. Nota-se que o avanço se deu por conta de um apoio mais direcionado e continuado para o fortalecimento do Conselho e também para o apoio às ações das câmaras técnicas.
- Entendo que houve e ainda acontece muito esforço dos técnicos envolvidos e dos comunitários, mas quando pensamos nas políticas públicas deixa muito a desejar e com mudanças, muitas vezes acabam iniciando tudo novamente.
- As atividades previstas são fundamentais para integração do território e garantia de apoio às unidades, comunidades e projetos.
- Entendo que apesar de parecer que o Plano de Ação teve uma baixa execução, quando verificamos de forma mais minuciosa, observamos que grande parte do que foi previsto, de alguma forma tem algum tipo de encaminhamento.
- Sou novo no Conselho. O que percebo, apenas das reuniões, é muita gente trabalhando em projetos paralelos, sendo apresentados nas reuniões do conselho que não conversam entre si.
- Acredito que tenhamos avançado bem na execução do plano de ação do mosaico. Necessária revisão e atualização do documento.
- Muitas ações foram realizadas devido a aprovação do projeto interinstitucional Rotas e Pegadas, mas o plano precisa ser atualizado.
- O Plano de Ação está interessante e precisa ser fortalecido tanto para o público interno quanto para os demais setores.
- aguardo os resultados do relatório da avaliação! Parabéns pelo trabalho.
- Entendo que tivemos muitas dificuldades nos últimos anos, crise sanitária da Pandemia e crise sócio-política que fragilizou demais todas as instituições que atuam no Mosaico. Uma discussão

de atualização do Plano pode dar um novo ânimo de retomada dos vários processos que não atingiram seus propósitos.

- O processo não está estático...tem caminhado lentamente mas tem...caminhado.
- É muito bom mas precisa ser atualizado.

6.2. Você identifica algum resultado do conselho que não está relacionado ao plano de ação?

- No momento não.
- O intercâmbio de experiências e a diversidade de sinergias entre as instituições atuantes no território.
- Não.
- Ações mais ligadas à saúde, em decorrência da pandemia de Covid 19, ganharam uma maior importância.
- Não tenho esta informação de forma evidente e segura.